



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001145-29.2023.6.22.8000

INTERESSADO: Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação - SJGI

ASSUNTO: Dispensa de licitação – Aquisição de amplificador de som para o Plenário do TRE-RO.

DESPACHO Nº 1081 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação (SJGI), que tem como objeto a aquisição de amplificador de som para o Plenário do TRE-RO, com contornos iniciais delineados no Documento de Formalização de Demanda - DFD, juntado no evento 1024052.

O Secretário da SAOFC, mediante o Despacho n. 1290/2023 (1024219 e 1041778), analisou que, de acordo com as justificativas apontadas no DFD, a contratação **não** exigiria a instituição de Equipe de Planejamento da Contratação e Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, bem como a elaboração de Mapa de Riscos. Assim, com fundamento no § 3º da IN TRE-RO n. 9/2022, encaminhou o processo ao GABSJGI, para elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico, realização de pesquisa de preços e elaboração da Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC.

Em atendimento ao referido despacho e instrução do feito, foram juntados os seguintes documentos ao processo: **a)** Estudo Técnico Preliminar (1031692); **b)** Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação direta (1055607); **c)** Termo de Referência n. 5/2023-GABSJGI (1055902), que reproduziu as regras da contratação direta, com dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021. Descreveu, ainda, o objeto e seus complementos, justificou a necessidade da contratação, descreveu a conformidade com o planejamento estratégico, aderência ao planejamento orçamentário, condições de habilitação, da gestão e fiscalização e sanções administrativas.

Realizada a Cotação de Preços no mercado local, 3 (três) empresas apresentaram propostas e demonstraram condições de habilitação, sendo vencedora a proposta da empresa G Rocha Ltda., CNPJ nº 13.570.740/0001-05, no valor de R\$ 4.893,00 (quatro mil oitocentos e noventa e três reais). As certidões de regularidade da referida empresa foram juntadas nos eventos 1027960 e 1057142.

A Seção de Apoio às Contratações - SAC manifestou-se pela regularidade do Termo de referência nº 5/2023-GABSJGI (1055902), complementado pela Informação Conclusiva (1055607) e demais elementos contidos no processo, o qual encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/21 (1056490).

A COFC informou acerca da previsão da despesa no planejamento orçamentário do exercício de 2023 (1056526). A SPOF, por sua vez, juntou aos autos a Programação Orçamentária no valor de R\$ 4.893,00 (1056787), para custear o valor total da despesa.

A AJSAOFC, por meio do Parecer Jurídico nº 193/2023 (1057143), opinou: pela aprovação do Termo de Referência n. 5/2023-GABSJGI (1055902) - também analisado e tido por regular pela SAC (1056490), caso assim entenda a autoridade competente para aprovação, na forma do art. 72, VIII da Lei n. 14.133/2021 e item 15 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022; pela possibilidade jurídica da contratação por meio de dispensa de licitação, do produto especificado no objeto do termo de referência citado, diretamente com a empresa **G Rocha Ltda - CNPJ: 13.570.740/0001-05**, vencedora da cotação de preços, pelo valor total de R\$ 4.893,00 (quatro mil oitocentos e noventa e três reais), que também comprovou as condições mínimas para contratar com a Administração Pública, conforme certidões de regularidade juntadas nos eventos 1027960 e 1057142. Por fim, ressaltou que o instrumento

de contrato será substituído pela nota de empenho, na forma prevista no caput do art. 95 da Lei n. 14.133/2021 e com supedâneo na jurisprudência do TCU, como nos Acórdãos 1.234/2018 e 363/2003 - ambos do Plenário e 7.125/2010-1ª Câmara.

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de dispensa de licitação tradicional e manifestou-se pela aprovação do Termo de Referência n. 5/2023-GABSJGI (1055902), na forma do item 15 do Anexo VIII da IN TRE-RO n. 9/2022, com fundamento no inciso [I do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021 \(Nova Lei de Licitações e Contratos\)](#); pela autorização da despesa de forma direta por dispensa de licitação, com fulcro no inciso [VIII do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021](#); pela regularidade da informação conclusiva do valor estimado (1055607); contratação direta da empresa G Rocha Ltda - CNPJ: 13.570.740/0001-05, vencedora da cotação de preços, pelo valor total de R\$ 4.893,00; e publicação do ato de dispensa no DJE, em respeito ao princípio da publicidade e em consonância com o [parágrafo único do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021](#), do [Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário](#), bem como do ato autorizativo da contratação direta em sítio eletrônico oficial do TRE-RO a fim de propiciar a divulgação e disposição ao público em geral, na forma do [parágrafo único do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021](#), além da regular publicação/replicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (Manifestação n. 389/2023-GABSAOFC - 1057625).

Vieram os autos para apreciação, nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente, registra-se que a presente contratação foi elaborada pelas regras do regime jurídico da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicável a este Tribunal pela regulamentação que consta da Instrução Normativa TRE-RO n. 9, de 11/10/2022, publicada no DJE TRE-RO n. 250, de 05/09/2022 e de observância obrigatória neste Órgão para os processos instaurados a partir de 07/11/2022 (0934832).

Conforme relatado, a SJGI pleiteou, a aquisição de amplificador de som, para suprir necessidade do Plenário do TRE-RO (1055590), sob a justificativa de que durante a manutenção preventiva dos equipamentos de sonorização, a empresa contratada relatou que o amplificador atualmente em uso está apresentando falhas, que poderão vir a causar a inviabilização da gravação das sessões plenárias.

Assim verifica-se que o caso em análise não busca a realização de um certame licitatório de maior complexidade. Trata-se de contratação direta, por dispensa de licitação, **em razão do valor**. Para hipóteses tais como esta, a **Lei n. 14.133/2021**, nos termos do inciso II do artigo 75, assim estabelece:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

...

Ademais, denota-se que a unidade demandante utilizou-se da via da cotação direta aos fornecedores potenciais, procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço (art. 72, incisos VI e VII, da Lei n. 14.133/2021)**. Isso porque a possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A esse respeito, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme ao indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexistência.

Além disso, os documentos juntados ao processo atestam a regularidade das 3 (três) cotantes (1055607), sagrando-se vencedora a empresa **G Rocha Ltda - CNPJ: 13.570.740/0001-05**, pelo valor total de R\$ 4.893,00 (quatro mil oitocentos e noventa e três reais). As certidões de regularidade foram juntadas nos eventos 1027960 e 1057142. Por tal motivo, demonstrado o cumprimento dos dois requisitos legais (**justificativa do preço e a razão da escolha do fornecedor**) a referida contratação enquadra-se dispensa de licitação em razão do valor, prevista no art. 75, II, da Lei n. 10.133/2021, atualmente no patamar de R\$ 57.208,30 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta centavos), na forma do Decreto Federal n. 11.317/2022.

Em razão disso, é possível concluir pela adequação legal do procedimento de estimativa da despesa ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022.

No caso em análise, verifica-se que a unidade demandante cuidou de inserir no TR todos os elementos tidos como essenciais, haja vista que alguns deles são dispensáveis, exigidos apenas para determinados objetos ou em função da sua complexidade.

Não obstante, estão presentes os documentos obrigatórios da fase de planejamento das contratações diretas: a) Documento de Formalização da Demanda/Solicitação da Contratação (1055590); b) Estudo Técnico Preliminar (1031692); c) Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação direta (1055607); e d) Termo de Referência (1055902). A AJSAOFC concluiu pela adequação legal de todos esses documentos ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022.

Por fim, devido tratar-se de dispensa em razão do valor, a SJGI informa que o **contrato será substituído pela nota de empenho** na forma do artigo 95, inciso II, da Lei n. 14.333/21. As regras da Cotação de Preços constam no Termo de Referência.

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria TRE-RO n. 66/2018:

1 - Aprovo o Termo de Referência n. 5/2023-GABSJGI (1055902), uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso XXIII e alíneas do artigo 6º; § 1º do art. 40 e no art. 150 da Lei n. 14.133/2021 c/c com o §1º do art. 10 e §1º do art. 15 da IN TRE-RO n. 9/2022, bem como todos os elementos constitutivos da etapa de planejamento nos termos do item 15 do anexo VIII da IN n. 9/2022;

2 - Aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva do evento 1055607, em cumprimento ao item 40 do Anexo II da Resolução CNJ n. 215/2015 (atualizado pela Portaria CNJ n. 57/2023) e ao Acórdão TCU n. 2622/2015-Plenário;

3 - Autorizo a despesa, de forma direta, por dispensa de licitação, em razão do valor, com fundamento no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021;

4 - Adjudico o objeto à empresa G Rocha Ltda - CNPJ n. 13.570.740/0001-05, e autorizo a emissão da Nota de Emepnho no valor total de R\$ 4.893,00 (quatro mil oitocentos e noventa e três reais), em seu favor; e

5 - Determino a divulgação do extrato da nota de empenho, juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, nos termos do item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022.

À SAOFC para a continuidade.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 18/09/2023, às 17:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1061554** e o código CRC **194DBECF**.